Abordagem Nutricional em Grupos Populacionais específicos – A Criança e sua Família

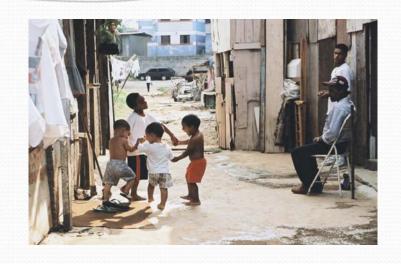
Relato de uma Experiência







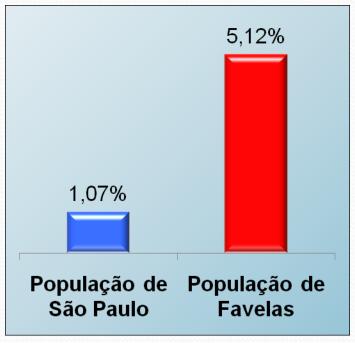
Justiça: Dare cuique suum Dar a cada um o que é seu (Ulpiano III)



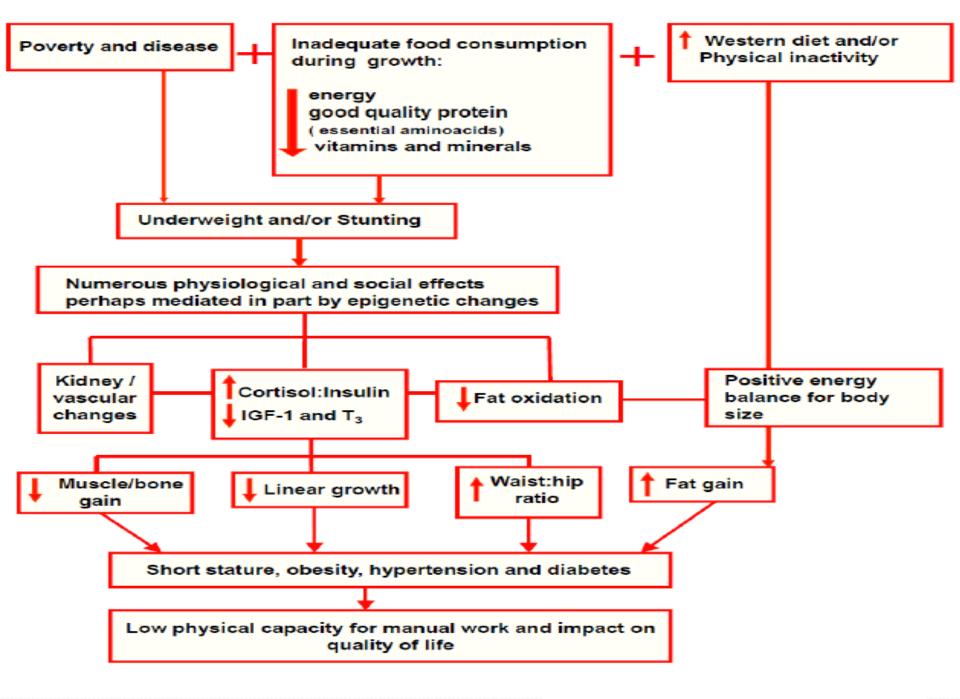
É impossível garantir o direito à nutrição, à segurança alimentar e aos cuidados na primeira infância sem considerar o ser humano na sua integralidade biopsicosocial e espiritual

Favelas





Taxa de crescimento médio anual entre 1980 e 2000 (LABHAB, 2007)



- Primeiro fator na perspectiva de quem sofre com a pobreza é o desmoronamento do núcleo familiar devido ao estresse da pobreza. Muitas famílias se desintegram e os homens têm dificuldades de aceitar que em condições econômicas adversas as mulheres estejam se tornando as principais provedoras, e que isso imponha uma redistribuição de poder dentro da família.
- O resultado é frequentemente o alcoolismo e a violência doméstica por parte dos homens e o desmantelamento da família. As mulheres, ao contrário, aceitam ir às ruas e fazer qualquer coisa para prover alimento para seus filhos e maridos. Nessa perspectiva não se pode falar em empoderamento da mulher, pois ela continua a sofrer discriminação no mercado de trabalho.

- Um segundo fator para as pessoas em situação de pobreza é a experiência que o estado não consegue chegar até elas.
- Embora saibam do papel do estado em prover infraestrutura, saúde e educação, suas vidas permanecem inalteradas pelas intervenções governamentais. Muitas vezes suas relações com os representantes do estado são humilhantes; sentem-se ultrajadas e menosprezadas.
- Experimentam amplamente a corrupção nos serviços de saúde, educação, assistência social ou emergencial, e até quando recebem benefícios ou proteção da polícia e justiça. Identificam indivíduos dentro do aparato estatal como bons e certos programas como úteis, mas eles não são suficientes para tirá-las da situação de pobreza. O impacto de uma força policial corrupta e brutal é particularmente desmoralizador para elas.

- A abrangência das ONGs é limitada, dada a grande escala da pobreza, mas em algumas áreas são as únicas instituições em que a pessoas confiam. Mulheres pobres relataram que onde as ONGs foram capazes de organizar com sucesso as questões femininas, a violência foi coibida e elas se sentiram protegidas. Neste contexto, novas parcerias entre governo e ONGs começaram a emergir. Mas se o serviço não é dedicado e respeitoso, a confiabilidade se desfaz e as ONGs são criticadas como os órgãos governamentais.
- As pessoas confiam primariamente na suas próprias redes informais que têm função defensiva mais do que transformadora e conseguem fazer pouco para tirá-las da condição de pobreza.
- Elas veem o tecido social em que se apoiam se desfazendo e o aumento da violência e do crime, contra os quais são as pessoas mais desprovidas.

Quatro dimensões caracterizam a pobreza:

- Falta de infra-estrutura básica: estradas rurais, transporte e água.
- Dimensão psicológica: impotência, falta de voz, dependência, vergonha e humilhação. A possibilidade de manutenção da identidade cultural e das normas sociais de solidariedade ajuda-as a continuar acreditando na sua própria humanidade apesar das condições desumanas.
- Educação e Saúde: elas se dão conta que a educação oferece uma escapatória da pobreza se o ambiente econômico e a qualidade da educação melhorar –, entretanto, saúde precária e doenças são temidas como fonte de destituição.
- Administração do patrimônio: as pessoas em situação de pobreza raramente falam sobre renda, mas focalizam sua atenção, em organizar seu patrimônio físico, humano, social e ambiental como forma de enfrentamento da sua vulnerabilidade. (Banco Mundial, 2000)

Necessidade de ampliar o olhar

- Sair das cadeias das super-especialidades, dos pensamentos pré-concebidos e muitas vezes cheios de chavões, dos programas que repetidas vezes mostram seus limites e ineficiências, das abstrações e generalidades, do pensamento tutelar, do saber dividido e de ações não integradas.
- Infelizmente, esses fatores estão frequentemente presentes para quem se debruçar em ações na área de nutrição e pobreza.



- A observação atenta da realidade mostrou que para uma intervenção ter sucesso precisávamos centrar o olhar na pessoa que vive nessa condição de forma integral.
- Olhar para o contexto biológico, social, econômico, psíquico, educacional sem olhar para a pessoa na sua integralidade, em como ela se vê, age e responde à realidade, tornou-se impossível, porque muito limitado e quase sempre ineficiente.

- Com o tempo, experimentamos que desenhar intervenções sem buscar o relacionamento com as pessoas atendidas fazia-nos constantemente compreender o que víamos de forma inadequada.
- Pois estávamos nos envolvendo com uma realidade "misteriosa", que não respondia como esperávamos, não fazia o que "achávamos certo" e nos levava sempre para além do que tínhamos planejado.

- O grande risco presente em quem realiza ações de intervenção junto a populações que vivem na pobreza é intervir de forma impositiva ou relativamente assistencialista.
- Uma das formas mais eficientes para se combater essa forma de assistencialismo é ter uma abordagem interdisciplinar onde diferentes olhares se completam e abrem os horizontes dos profissionais.

- É necessário ter uma postura de abertura para conhecer o que se revela a cada momento.
- Conceber e executar uma política pública dessa maneira é uma garantia, um direito para o público atendido.
- Três fatores importantes :
 - 1. A intervenção deve ser de ordem educativa.
 - É preciso criar espaço de liberdade para que as pessoas atendidas possam se expressar e agir.
 - 3. Valorizar a criatividade.

A intervenção deve ser de ordem educativa

- A educação em sentido amplo: como introdução à realidade na sua integralidade, e não mera transmissão de informações de forma passiva ou unilateral.
- Não se trata de inventar uma solução, mas de encontrá-la no relacionamento com as instituições e com a população que é usuária dos serviços, valorizando e aperfeiçoando as tentativas que já são feitas em cada contexto e com particularidades diversas.

Valorizar a liberdade e a criatividade

É a energia da vontade que faz o homem aderir àquilo que é mais verdadeiro em cada circunstância e que está preservada mesmo nas condições mais desumanas de vida. Ela permite ao homem viver e se mover em qualquer condição. É a energia vital que dá sentido à vida e que abre o ser humano, como uma janela escancarada, à possibilidade de lutar e se mover positivamente em qualquer circunstância. É a energia humana que se joga em busca de sua felicidade. (Giussani, 2006)

Valorizar a liberdade

- O ambiente condiciona o ser humano, modificando suas capacidades de escolha, seu modo de ver e agir, mas a capacidade de responder à agressão do ambiente de forma positiva e livre é sempre preservada.
- A presença destas respostas positivas mostra que **há algo a mais no ser humano** (além das condições ambientais) que precisa ser olhado, considerado e valorizado; qualquer intervenção que queira ter impacto duradouro em uma determinada realidade deve partir disso.

Estruturando o planejamento

Quatro ações fundamentais para uma intervenção efetiva:

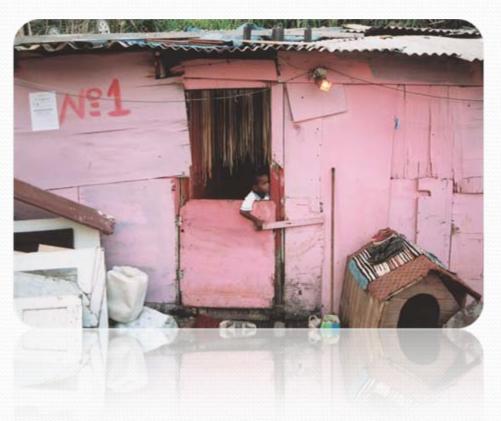
- Partir do que já existe de positivo ou patrimônio
- "Fazer com"
- Desenvolvimento dos corpos intermediários
- Atuar em parceria construindo redes

1. Partir do que já existe de positivo ou de patrimônio dos indivíduos e da comunidade

- É preciso conhecer o que já existe de recursos positivos naquela pessoa ou na realidade, antes de abordar a vulnerabilidade.
- A intervenção deve procurar valorizar e fortalecer aquilo que as pessoas têm construído, isto é, aquele tecido social e o conjunto de experiências que constituem o seu *patrimônio* de vida. Esses fatores influenciam diretamente o sucesso em longo prazo e a efetividade da intervenção.

2. 'Fazer com' a população atendida

 A realização de intervenções que não partam do compartilhar desejos comuns, "fazendo com" e não apenas "para" a pessoa atendida, ajudandoa a reconhecer e tornar mais fácil a realização do seu desejo tenderá a ser ineficaz: "Não existe real movimento ou mudança da pessoa sem que uma afeição tenha sido despertada" (Giussani, 2006).



2. 'Fazer com' a população atendida

- Esse compartilhar implica ainda um **co-mover-se** pelo seu destino pessoal, um acompanhá-la na sua busca para tornar-se sujeito verdadeiro e ativo da sua história.
- O foco fundamental é então, a pessoa como motor de um processo de desenvolvimento. Sem estimular a liberdade e a criatividade não é possível nenhum desenvolvimento duradouro.
- Essas afirmações têm implicações objetivas na *forma* de gerir os projetos.

 Um plano de desenvolvimento social de uma determinada localidade deve ter como fatores de intervenção: a educação, a família, o trabalho e o apoio aos corpos intermediários, ou seja, as organizações locais, compreendendo que são esses os reais atores do desenvolvimento.



A realização de projetos de desenvolvimento deve:

- favorecer as possibilidades de agregação
- reconhecer e valorizar a constituição de corpos sociais intermediários
- reconhecer e valorizar o tecido social rico de participação e de co-responsabilidade.

É preciso valorizar e preservar a cultura de responsabilidade.

- O gestor público deve participar do que está acontecendo naquela realidade:
- Deve-se mapear:
 - Associações
 - Organizações
 - Cooperativas
 - Microempresas

Subsidiar por ex.:

- Cursos de formação
- Microcrédito

 Pode se medir o sucesso da intervenção pelo aumento de entidades, associações, projetos, microempresas, etc., criadas e realizadas pela população após o início do projeto/programa, mostrando uma evolução crescente de organização da comunidade atendida.

A comunidade deixa de ser apenas local de moradia e torna-se em longo prazo autônoma e geradora de riqueza.

4. Atuar em parceria construindo redes

Nos projetos de desenvolvimento, é fundamental estabelecer uma real parceria entre entidades estatais e privadas, colocando em ação quantidades de recursos que sejam significativas, favorecendo sinergias e construindo redes.



4. Atuar em parceria construindo redes

As vantagens da parceria **estatal-privada** são:

- Possibilidade de se manter uma clara identidade do sujeito social
- Maior garantia de controle
- Maior sucesso de uma determinada ação no tempo
- Permite ação social que não depende exclusivamente do poder público e da burocracia inerente ao processo
- Fortalece a sociedade organizada, tornando-a propositiva de ações sociais de interesse próprio; e evitando-se reduzir as ações da sociedade a ações apenas reivindicativas

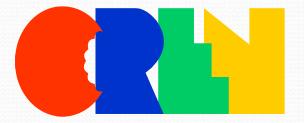
Essas iniciativas geram uma sociedade mais construtiva.

O papel da universidade

A intervenção mais efetiva e com resultados melhores se dá com o estabelecimento de uma rede composta pela relação tríplice:

- Estado
- Sociedade civil
- Universidade





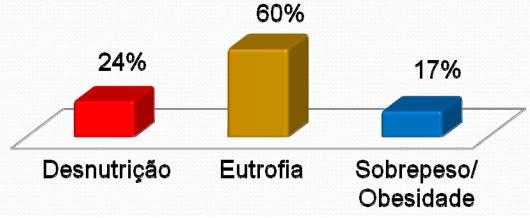
Tratamento
na comunidade
em ambulatório
e hospital-dia





Perfil Nutricional

Censo antropométrico realizado pelo CREN, para crianças de 7 a 10 anos (2009)



Busca ativa - R. Noroeste	SISVAN - Município
n	n
83	12
37	13
	n 83

 $^{^{1}}$ E/I < -2,0, 2 P/I < -2,0

Perfil sócio econômico – famílias CREN

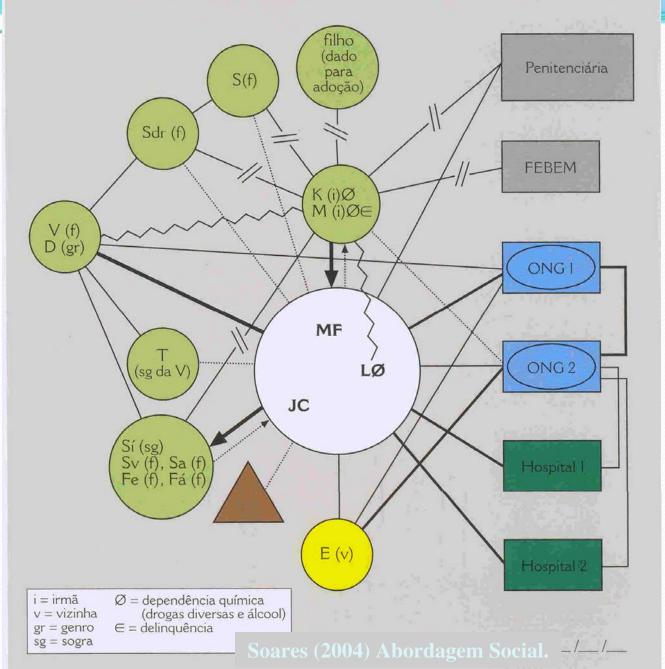
Parâme	etro	Prevalência
Acesso a serviço-	- SUS	95%
Benefício-goverr	10	9%
Presença compa	nheiro	66%
Presença de filho	os (até 2)	55%
Escol. materna	ANALF.	14%
	E. F I	25%
	E. F II	36%
	E. M	14%
Idade materna	23-35	66%

Perfil sócio econômico – famílias CREN

Parâ	metro	Prevalência
Renda até	<1 SM	23%
	1 SM	50%
	1-2 SM	18%
Álcool / Dro	ga	22%
Conflito com	n a lei	36%

MAPA DA REDE SOCIAL DE MF





CREN: o relato de uma experiência

- Nasceu como ação de extensão universitária da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tendo sido construído com recursos de um projeto de cooperação internacional
- Objetivo: desenvolver metodologias de combate à subnutrição e à pobreza extrema, atuando com a população moradora em favelas de São Paulo
- Atividades: realiza assistência, ensino e pesquisa.

CREN: o relato de uma experiência

- Dada a etiologia multifatorial da subnutrição infantil, articulou-se desde o princípio dentro de uma ampla rede de solidariedade e de referência e contra-referência, contando com:
 - Hospitais
 - Unidades de saúde
 - Fóruns
 - Conselhos tutelares
 - Escolas e creches
 - Entidades sócias privadas
 - Governos municipais e estaduais

CREN: algumas iniciativas

- 1999: recebe financiamento do BNDES para descrever sua metodologia de combate à subnutrição infantil.
- 2002: publica livros, folders, vídeo e site sobre à subnutrição para profissionais e leigos.
- **2000**: inicia um projeto de formação e educação nutricional em Centros de Educação Infantil (CEIs) na cidade de São Paulo.
- 2004: em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, governo do estado, municípios e escolas públicas de Minas Gerais, realiza o Projeto *Eu Aprendi, Eu Ensinei, Assim Construímos*, para educação nutricional de jovens do ensino médio através de ações de protagonismo juvenil.

CREN: algumas iniciativas

- 2006: inaugura sua segunda unidade, na zona leste de São Paulo, em convênio com a Secretaria Municipal de Saúde e torna-se centro de referência para distúrbios nutricionais primários.
- Inicia capacitação contínua de profissionais da rede de saúde municipal e estadual de São Paulo, especialmente equipes de saúde da família.
- É reconhecido pelo UNICEF como um centro de referência nacional para o tratamento da subnutrição.
- **2007**: em parceria com a Universidade Federal de Alagoas inicia-se um outro CREN em Maceió.
- 2008: ganha o Premio *Objetivos do Milênio* do governo federal.



Interconsulta Ambulatorial





Arte na Cozinha





Professora acompanha alimentação





Vivência culinária





Oficina de Manipulação





Ciclo de debates: "DESAFIOS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA: A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO"

27/6/2011

Ana Fonseca
Ana Haddad
Ana Lydia Sawaya
Denise Correia
Gisela Solymos
Luiz Wanderley
Mariangela Wanderley
Mário Cortella
Semiramis Domene

www.iea.usp.br/ ao vivo

Obrigada!



www.desnutricao.br www.unifesp.br/suplem/cren